

## A batalha pela Confecom: itinerário de pesquisa e primeiras impressões<sup>1</sup>

Jorge Luis Alves BARROS<sup>2</sup>  
Juliana Campos Vieira CRESPO<sup>3</sup>  
Luiza Mello KRAFT<sup>4</sup>  
Nicole Campos da SILVA<sup>5</sup>  
Rafael FORTES<sup>6</sup>

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

### Resumo

Este artigo apresenta considerações sobre a coleta de dados da pesquisa “A luta pela democratização da comunicação: entidades, agentes e debate político (2007-2009)”, cujo objetivo é analisar notícias e textos veiculados em quatro sites relativos ao movimento pela democratização da comunicação (Intervozes: Coletivo Brasil de Comunicação Social; Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação; e Observatório do Direito à Comunicação) entre junho de 2007 e dezembro de 2009.<sup>7</sup> O período corresponde à mobilização pela convocação e realização da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). O artigo descreve o processo de busca e coleta de dados nos sites, discutindo alguns problemas relativos à recuperação do material e as soluções adotadas. A segunda seção tece algumas considerações iniciais sobre os dados coletados.

**Palavras-chave:** Conferência Nacional de Comunicação; política; democracia; internet; metodologia.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Estudos Interdisciplinares, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de graduação – 9º. semestre do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia da Unirio e bolsista de iniciação científica (IC/Unirio), email: [jlabarros73@hotmail.com](mailto:jlabarros73@hotmail.com).

<sup>3</sup> Estudante de graduação – 6º. semestre do Curso de Publicidade da Unesa (Universidade Estácio de Sá) e bolsista de iniciação científica da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), email: [juliana247@msn.com](mailto:juliana247@msn.com).

<sup>4</sup> Estudante de graduação – 10º. semestre do Curso de Biblioteconomia da Unirio e bolsista de iniciação científica (IC/Unirio), email: [luiza.kraft@gmail.com](mailto:luiza.kraft@gmail.com).

<sup>5</sup> Estudante de graduação – 9º. semestre do Curso de Museologia da Unirio e bolsista de iniciação científica (IC/Unirio), email: [nicole.campos123@gmail.com](mailto:nicole.campos123@gmail.com).

<sup>6</sup> Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Unirio, email: [raffortes@hotmail.com](mailto:raffortes@hotmail.com).

<sup>7</sup> Além das bolsas de iniciação científica mencionadas nas notas de identificação dos autores, a pesquisa conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Edital Universal, e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), através do programa Jovem Cientista do Nosso Estado. Também participaram da pesquisa (mas não da elaboração deste texto) Carlos Alberto de Farias, Fernanda Ramos da Silva e Tarsila de Carvalho Fonseca.

Entre 2007 e 2009, entidades, movimentos sociais, mandatos parlamentares, cientistas, profissionais de comunicação, entre outros, engajaram-se na mobilização a favor da realização de uma Conferência Nacional de Comunicação, que acabaria sendo realizada entre 14 e 17 de dezembro de 2009.

A pesquisa “A luta pela democratização da comunicação: entidades, agentes e debate político (2007-2009)” tem como objetivo analisar notícias veiculadas em quatro sites ligados à militância pela democratização da comunicação entre junho de 2007 e dezembro de 2009. Os sites são do Intervozes: Coletivo Brasil de Comunicação Social; do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); da Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação e do Observatório do Direito à Comunicação. Acreditamos que, em conjunto, o material neles divulgado é representativo dos debates e da produção realizada pelo movimento pela democratização da comunicação no período.

Apesar de as demandas pela democratização da comunicação e pela realização de uma Conferência Nacional sobre o tema existirem há mais tempo, a partir do final de 2006, “quando foi aprovado um requerimento da deputada Iriny Lopes (PT-ES), na CDHM [Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados], solicitando o envolvimento da Comissão na construção da Conferência”, o movimento ganhou força. Na pesquisa, estabelecemos como marco temporal inicial o mês de junho de 2007, quando foi realizado o Encontro Nacional de Comunicação que resultou na criação da Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação.<sup>8</sup> O recorte se estende até dezembro de 2009, quando a Confecom foi realizada, e busca identificar, arquivar e analisar documentos (artigos, notícias, reportagens, diagnósticos, propostas, relatórios, panoramas, análises, críticas etc.) divulgados nos quatro sites.

Primeiro artigo resultante da pesquisa, este trabalho se encontra dividido em duas partes. A primeira traz considerações sobre a coleta de dados. A segunda, as primeiras impressões a respeito do *corpus* analisado.

## Coleta de dados

---

<sup>8</sup> Além dos próprios FNDC e Intervozes, entidades da sociedade civil, setores de universidades, representantes da Câmara dos Deputados e movimentos sociais compuseram a Comissão. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100608121226/http://proconferencia.org.br/quem-somos>. Acesso em: 18 mai. 2015.

Dentro do período delimitado pelo projeto, a coleta de dados foi dividida em blocos com datas pré-determinadas de início e fim – entre alguns dias e alguns meses, dependendo do volume de notícias,<sup>9</sup> que variava bastante de um site para outro. Em cada bloco, o bolsista lê todas as notícias e elabora um relatório com comentários sobre aquelas que tratem especificamente da Confecom.

Para facilitar a análise do material, ao qual se teve acesso link por link, e devido ao fato de grande parte deste conteúdo ser formado por textos, optamos por transformar todos esses dados em arquivos (em formato PDF – *portable document format*) e depois catalogá-los, para que o acesso a estas informações fosse facilitado. Além disso, um dos objetivos da próxima fase do projeto será disponibilizar a totalidade dos arquivos em PDF, organizados por site, mês e ano, no site do Laboratório de Comunicação e História ([www.lachi.com.br](http://www.lachi.com.br)).

Como os sites servem também como uma espécie de repositório de grande parte do conteúdo que se refere ao movimento pela democratização da comunicação, uma parte do material coletado pode ser encontrada em mais de um dos sites pesquisados, tanto no que se refere ao conteúdo (notícias distintas sobre o mesmo assunto) quanto à reprodução de materiais.

O total de notícias coletadas (e arquivos gerados) até o momento de elaboração deste texto (maio de 2015) é o seguinte:

- a) Comissão Pró-Conferência: 470 (maio a dezembro de 2009);
- b) FNDC: 262 (período completo de 2007 a 2009);
- c) Observatório do Direito à Comunicação: 1029 (junho de 2007 a janeiro de 2008).

Ainda não foi iniciada a coleta de notícias no site do Intervezes, embora já estejam sendo lidas analisadas aquelas relativas à Confecom.

Passamos agora a algumas observações sobre os sites. A ampla maioria do conteúdo do site da Comissão Pró-Conferência trata da Confecom. Os demais sites abordam temáticas diversas dentro do âmbito comunicacional, apesar de ser perceptível que, durante o período de tempo analisado, boa parte do conteúdo gerado e/ou divulgado por estes dava ênfase ao processo pré-realização da Confecom.

---

<sup>9</sup> Estamos chamando genericamente de *notícia* cada entrada (com título e link próprios, possibilitando uma visualização individualizada e o aparecimento do link específico no navegador quando se clica no título) na parte de *notícias* dos sites. Evidentemente, não se trata necessária ou unicamente de textos que se enquadram nos parâmetros do que, no cânone do jornalismo, se considera notícia. Há documentos, cartas abertas, abaixo-assinados, divulgação de eventos, reprodução de textos de outros sites, vídeos, ilustrações etc. Os nomes das seções são: E-Fórum/Notícias (FNDC), Notícias (Comissão Nacional Pró-Conferência), Notícias (Observatório) e Últimas Notícias (Intervezes).

Contudo, alguns sites inteiros e muitos links estavam (e estão) fora do ar, o que pode ocorrer por diversos motivos. Quando iniciamos a pesquisa, nenhum dos dois sites da Comissão Pró-Conferência estava mais no ar (ver explicação sobre os sites a seguir). No caso do Observatório do Direito à Comunicação, os links estão *quebrados* (ou seja, não funcionam), não sendo possível chegar até as notícias clicando no título de cada uma a partir da lista apresentada pelo próprio site.

Em ambos os casos, recorremos à ferramenta WayBack Machine<sup>10</sup>. Ao utilizá-la, a ideia inicial era fazer um recorte dos arquivos salvos em diferentes datas, para saber se há diferença nos arquivos rastreados.<sup>11</sup> Porém, isso não é possível, tendo em vista que o arquivamento não é realizado de forma integral em um mesmo dia e pelo fato de, ao navegar em um site pelo WayBack Machine, todos os arquivos faltantes em uma determinada data serão completados de forma automática pelos salvos em outra data. Sendo assim, o usuário transita por diferentes datas – de publicação original e de salvamento na ferramenta – durante a navegação. Apesar da aparente confiabilidade da ferramenta, optamos por abrir todas as datas de armazenamento geradas para realizar uma verificação mais detalhada, tendo em vista que o mecanismo é automatizado e poderiam ter ocorrido erros não previstos. Após uma análise comparativa entre o conteúdo dos sites que estão no ar e o conteúdo armazenado pela WayBack Machine, concluímos que em nada foi prejudicada a coleta de material destes sites. Sendo assim, é possível afirmar que conseguimos recuperar, através da ferramenta, boa parte do conteúdo informacional que havia se perdido, exceto por parte das informações dos sites da Comissão Pró-Conferência.

Os sites da Comissão Pró-Conferência foram criados com o objetivo de reunir informações sobre o processo de mobilização e organização da Confecom.<sup>12</sup> A partir dos dados que levantamos até o momento, podemos afirmar que a Comissão contou com dois, um sucedendo o outro. O primeiro<sup>13</sup> foi lançado em setembro<sup>14</sup> ou outubro<sup>15</sup> de 2007 – as

---

<sup>10</sup> Trata-se de um mecanismo para recuperação de dados da internet. Serve como um grande arquivo online, com o qual os usuários podem colaborar sugerindo a gravação de páginas da internet. Se o site indicado permitir rastreamento, o salvamento é feito e a ferramenta leva de seis a 24 meses para exibir as páginas salvas. O material nem sempre é gravado em sua totalidade de uma só vez; às vezes, é armazenado em diferentes datas e de forma fragmentada. Disponível em: <http://archive.org/web>.

<sup>11</sup> Por exemplo, se as gravações realizadas, digamos, 8 de março de 2011 e em 10 de dezembro de 2012 trazem arquivos diferentes referentes a 2009.

<sup>12</sup> COMISSÃO Nacional Pró-Conferência de Comunicação lança novo site. *CUT*, 8 jun. 2009. Disponível em: <<http://cut.org.br/noticias/comissao-nacional-pro-conferencia-de-comunicacao-lanca-novo-site-6d48>>. Acesso em 28 mai. 2015.

<sup>13</sup> Endereço do site: <http://www.proconferencia.com.br>.

<sup>14</sup> Em 18 de setembro de 2007, o site do Conselho Federal de Psicologia (CFP) postou uma nota confirmando para o mesmo dia um encontro de lançamento do site do Movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação, que ocorreu em Brasília. MOVIMENTO pró-conferência de Comunicação lança site. *CFP*, 18 de set. 2007. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/movimento-pr-conferencia-de-comunicacao-lana-site/>>. Acesso em 23 jun. 2015.

fontes encontradas divergem quanto à data. Em junho de 2009, diversos sites divulgaram o lançamento do novo site da Comissão.<sup>16</sup> Entre as modificações em relação ao anterior, mencionaram o endereço<sup>17</sup> e algumas funcionalidades, como cada Comissão Estadual ter um nome de usuário e senha para atualizar a agenda e outras informações diretamente no site.<sup>18</sup> Não se informou os motivos que levaram à troca de endereço: se por funcionalidade, gestão do domínio e das informações, ou outra razão.

Será necessário cruzar estas informações com outras fontes, como blogues e sites de comissões estaduais Pró-Conferência, de forma que tenhamos uma clareza maior quanto ao(s) período(s) – sobretudo do primeiro site – cujos dados não conseguimos recuperar.

O site do Observatório do Direito à Comunicação é, de longe, o que apresenta maior quantidade de notícias. No momento de escrita deste artigo, a coleta de dados está nos meses de janeiro e fevereiro de 2008, com o ano de 2007 já completo. Por exemplo, um dos bolsistas coletou um total de 376 notícias no site do Observatório, das quais apenas 11 abordavam diretamente a Confecom e/ou a mobilização para a realização da mesma.

Durante a pesquisa foram observadas diversas notícias que não estavam diretamente ligadas à Conferência, mas que foram relevantes para o contexto relativo à comunicação no Brasil, durante o período de três anos. As notícias veiculadas pelo site do Observatório do Direito à Comunicação abrangem vários setores e temas da comunicação (como as telecomunicações, sobretudo o mercado de telefonia) e da democratização (em particular) e tratam de diferentes cidades e estados brasileiros. Em menor escala, isto também se observou no site do Intervozes e do FNDC. Isto permitiu aos bolsistas – especialmente aos três que não são alunos de Comunicação Social – um contato com assuntos, questões e debates além daqueles diretamente relacionados à Conferência.

A página do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)<sup>19</sup> foi a que apresentou menor quantidade de notícias por mês, embora, proporcionalmente, várias

---

<sup>15</sup> De acordo com o Intervozes, o lançamento ocorreu “no início de outubro”. MOVIMENTO Pró-Conferência lança site. *Intervozes*, 15 out. 2007. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/movimento-pro-conferencia-lanca-site>>. Acesso em 10 fev. 2015.

<sup>16</sup> Notícia publicada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) afirmava que “está no ar o novo site da Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação (CNPC)”. COMISSÃO Nacional Pró-Conferência de Comunicação lança novo site. *CUT*, 8 jun. 2009. Disponível em: <<http://cut.org.br/noticias/comissao-nacional-pro-conferencia-de-comunicacao-lanca-novo-site-6d48>>. Acesso em 28 mai. 2015. Cf. também: ALVES, Gustavo. Comissão Nacional Pró-Conferência lança novo site. *Vermelho Portal*, 8 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/54140-6>>. Acesso em 24 jun. 2015. NOVO Portal sobre a Confecom. *Comissão RS Pró-Conferência Nacional de Comunicação*, 8 jun. 2009. Disponível em: <[http://rsproconferencia.blogspot.com.br/2009\\_06\\_07\\_archive.html](http://rsproconferencia.blogspot.com.br/2009_06_07_archive.html)>. Acesso em 24 jun. 2015.

<sup>17</sup> Endereço: <http://www.proconferencia.org.br>.

<sup>18</sup> COMISSÃO Nacional Pró Conferência lança novo site. *Secretaria Geral*, 08 de jun. 2009. Disponível em: <[http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2009/06/not\\_08062009](http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2009/06/not_08062009)>. Acesso em jun. 2015.

<sup>19</sup> Disponível em <<http://www.fndc.org.br>>. Acesso em 03 nov. 2014.

abordassem a Confecom. No período entre junho e agosto de 2008, por exemplo, dez notícias – de um total de 14 – analisadas tratavam dos preparativos da Conferência e estimulavam a participação da sociedade brasileira na discussão sobre as políticas públicas para o setor.<sup>20</sup> A coleta de notícias neste site já foi concluída.

### **Análise do material**

De acordo com Lima (2011), a falta de regulação é uma característica da mídia brasileira. Desde a introdução do rádio, adotou-se um modelo de concessão à iniciativa privada, em geral com pouca regulamentação e acompanhamento por parte do Estado. Segundo Calabre (2003), “o sistema radiofônico guiou-se pela lógica de mercado” em seu desenvolvimento no país (p. 179).<sup>21</sup> A televisão, a partir de sua implantação nos anos 1950, teve ainda menos participação estatal no que diz respeito à produção de conteúdos e ao estabelecimento de emissoras. Mercado mais concentrado, a televisão é dominada há décadas por um punhado de concessionários privados – “à exceção da substituição de um grupo por outro” – e praticamente sem regulação e fiscalização do poder público (Veloso, 2008, p. 104). Mesmo um órgão como o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que toma medidas para evitar a concentração em qualquer setor econômico, se omite quando o tema é comunicação, deixando de zelar pelo cumprimento das leis existentes (Simões, Mattos, 2005, p. 46-7).<sup>22</sup>

Paiva (2008) avalia que, no Brasil, poucas pesquisas científicas na Comunicação têm se dedicado aos movimentos contra-hegemônicos da sociedade (p. 167-8). Lima (2006), por sua vez, assevera que, “no Brasil, a histórica concentração de nossa mídia não tem sido identificada como problema prioritário de pesquisa nos estudos de Comunicação e não são frequentes as ocasiões em que o tema é debatido abertamente e conquista espaço na agenda pública” (p. 96).

---

<sup>20</sup> MOVIMENTO pró-Conferência de Comunicação realiza nesta sexta, 27, videoconferência preparatória. *FNDC*, 26 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/movimento-pro-conferencia-de-comunicacao-realiza-nesta-sexta-27-videoconferencia-263378/>>. Acesso em 31 out. 2014.

<sup>21</sup> Em estudo sobre o período 1923-1945, Calabre (2003) afirma que as iniciativas estatais relativas ao monitoramento, à censura e à fiscalização das emissoras acabaram se limitando “às condições técnicas das transmissões” e a alguns aspectos de conteúdo (noticiário de política nacional, por exemplo) e uso do idioma (como “incorrekções gramaticais, uso de gírias” etc.). Segundo ela, “o Estado terminou por adaptar ou mesmo abandonar alguns de seus projetos frente ao crescimento do modelo de rádio comercial” (p. 179).

<sup>22</sup> Veloso (2008) afirma que “No Brasil, o controle da concentração de poder no mercado das comunicações tem sido feito por meio da Lei no. 8.884 (...) que trata do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, especialmente o artigo 20.” No entanto, a autora não cita qualquer caso em que o órgão tenha atuado para garantir o limite de 20% estipulado pelo referido artigo.

Considerando esta trajetória histórica, surgem grupos e veículos de comunicação que lutam pela democratização do setor. Tendo como uma das principais críticas a pouca legislação para o setor, a Confecom foi vista como uma grande oportunidade para a formulação de um novo marco regulatório. De acordo com Lima (2011) o setor é caracterizado pelo que ele classifica como “no Law” (sem lei), ou seja, a ausência de regulação. Para o autor, a principal referência legal é defasada. Trata-se do Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, que foi fragmentado pela Lei Geral de Telecomunicações, de 1997 (p. 28). Ainda segundo ele:

Além disso, existem normas avulsas para serviços específicos que, em alguns casos, são até mesmo contraditórias. Ademais, as normas constitucionais existentes, em sua grande maioria, não foram regulamentadas pelo Congresso Nacional e, portanto, não são cumpridas (Lima, 2011, p. 28).

De acordo com os documentos analisados que abordam o tema, a realização da Conferência seria um passo importante para aperfeiçoar, modernizar e ordenar as leis que se referem à comunicação, além de proporcionar um “modelo de comunicação social mais participativo e democrático”.<sup>23</sup>

A dificuldade de participação da sociedade se apresentou desde o princípio do processo de organização da Confecom. De acordo com as entidades à frente do movimento, o processo deveria começar por etapas municipais e estaduais, as quais seriam organizadas por comitês estaduais para mobilização de militantes, entidades e pesquisadores ligados à comunicação, para enfim chegar à etapa nacional.<sup>24</sup> Para Sôlha (2010), uma das preocupações era buscar “contemplar as diversidades da sociedade brasileira, buscando equidade na representação de gêneros, étnicas, etárias, etc.” (p. 222).

A busca por diversidade na composição dos participantes da Conferência estava atrelada também à homogeneidade predominante nas representações construídas nos próprios meios de comunicação, incluindo dinâmicas de invisibilidade, como exemplificado pela posição do cineasta e pesquisador Joel Zito Araújo:

---

<sup>23</sup> CÂMARA aprova relatório preliminar e pede mais tempo para analisar outorgas. *FNDC*, 1 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/camara-aprova-relatorio-preliminar-e-pede-mais-tempo-para-analisar-outorgas-159294/>>. Acesso em 19 mai. 2014.

<sup>24</sup> Exemplo disso foi a videoconferência organizada em junho de 2008 pela Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação. MOVIMENTO pró-Conferência de Comunicação realiza nesta sexta, 27, videoconferência preparatória. *FNDC*, 26 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/movimento-pro-conferencia-de-comunicacao-realiza-nesta-sexta-27-videoconferencia-263378/>>. Acesso em 31 out. 2014.

(...) no ano passado o número de apresentadores de telejornais brancos era de 93% do total em todo o país. O número de programas que falavam um pouco sobre cultura negra não chegavam a 8% da programação. “Se nós não estabelecermos uma política para implementar o orgulho da diversidade, a incorporação de forma positiva do índio e do negro, nós não mudamos. Nós estamos presos a uma mentalidade ainda do branco como a melhor representação do humano. Portanto, essa Conferência tem que incorporar esse tipo de mudança. Se a gente não começar debater essa questão nas escolas e entre os profissionais de comunicação, não avançaremos”, acredita Joel Zito Araújo<sup>25</sup>.

Tratava-se, portanto, de incluir na conferência diferentes setores da sociedade, de forma que, durante o evento, houvesse mais possibilidade de pautar temas como a representação desigual de segmentos da população nos meios de comunicação e de se buscar mecanismos para promover mudanças, entre os quais alterações legislativas.

Para que fosse realizada a Confecom e que nela participassem e estivessem representados diferentes setores da sociedade, diversas ações foram realizadas, como: reuniões, simpósios, fóruns, videoconferências, debates e cartas e abaixo assinados. As entidades expressaram seu desejo de somar forças com agentes públicos que fossem favoráveis ou, ao menos, sensíveis às causas propostas. Os sites divulgaram amplamente estas iniciativas, dando-lhes espaço, estímulo e visibilidade.

Em várias notícias referentes ao segundo semestre de 2007, e que tratam da mobilização para a Conferência, são evidentes as dificuldades para a realização.<sup>26</sup> No dia 26 de julho é apontado o adiamento da Conferência Nacional Preparatória, que seria realizada nos dias 14, 15 e 16.<sup>27</sup> Mesmo em dezembro, quando já havia sido aprovado orçamento de R\$ 20 milhões destinado à Conferência, o governo ainda não tomara medidas concretas para a realização.<sup>28</sup> Porém, mesmo com a lenta movimentação do governo, pode-se ver que

---

<sup>25</sup> YODA, Gustavo. Conferência de Comunicação expõe conflitos do governo Lula. *Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação*, 16 de jun. 2009. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20101029080948/http://proconferencia.org.br/textos/clipping/conferencia-de-comunicacao-expoe-conflitos-do-governo-lula/>>. Acesso em dez. 2014.

<sup>26</sup> VALENTE, Jonas. Conferência avança no Congresso, mas governo ainda resiste. *Observatório do Direito à Comunicação*, 05 nov. 2007. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20121016155304/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=1839](https://web.archive.org/web/20121016155304/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=1839)>. Acesso em 09 mar. 2015. CMS irá às ruas por concessões públicas com controle social. *Observatório do Direito à Comunicação*, 28 ago. 2007. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20121103062255/http://direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=1237](https://web.archive.org/web/20121103062255/http://direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=1237)>. Acesso em 08 fev. 2015.

<sup>27</sup> CHARÃO, Cristina. ‘Conferência preparatória’ idealizada por Hélio Costa é adiada. *Observatório do Direito à Comunicação*, 26 jul. 2007. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20121017143520/http://direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=984](https://web.archive.org/web/20121017143520/http://direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=984)>. Acesso em 24 set. 2014.

<sup>28</sup> CCTCI reafirma compromisso com Conferência de Comunicação. *Observatório do Direito à Comunicação*, 14 dez. 2007. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20121016154758/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=2232](https://web.archive.org/web/20121016154758/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2232)>. Acesso em 17 mar. 2015.

as entidades pró-conferência foram ganhando força e iniciando o diálogo com diferentes setores (como o empresarial), como citado em notícia de dezembro de 2007.<sup>29</sup>

Também foi possível notar a preocupação do movimento pela democratização da comunicação em chamar a atenção da sociedade para a participação no debate. Por exemplo, uma “Conferência Preparatória” realizada em Brasília por iniciativa do Ministério das Comunicações foi criticada por ser considerada parecida com “um grande seminário, sem caráter deliberativo e espaços de discussão, em evidente conflito com as conferências de outras áreas já realizadas pelo governo federal”.<sup>30</sup> Apontava-se ainda que, ainda que tenha havido divulgação, a participação da população em geral foi bastante escassa. Estiveram presentes poucos coletivos e movimentos organizados, o que gerou comentários posteriores à pré-conferência tratando de divergências entre visões defendidas por entidades como FNDC e Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).<sup>31</sup>

Foi observado que os encontros para a realização de debates são um ponto importante para os integrantes do movimento. Em muitas unidades da federação, formaram-se comissões estaduais<sup>32</sup> que organizaram encontros preparatórios, como, por exemplo, na Bahia,<sup>33</sup> no Rio Grande do Sul<sup>34</sup> e no Pará<sup>35</sup>. Nelas, os participantes discutiram temas como a convergência dos meios de comunicação, a produção e distribuição de conteúdos cidadãos, além da reestruturação do sistema de comunicação no Brasil.

A organização da Confecom englobou diversos segmentos: sociedade civil, setores empresariais e do campo político, com interesses e propostas nem sempre convergentes. Por este motivo, percebemos, ao longo da leitura e análise das notícias, embates muitas vezes acirrados entre os grupos envolvidos.

---

<sup>29</sup> GUEDES, Gabriela. Sem apoio do governo, entidades iniciam diálogo com empresas. *Observatório do Direito à Comunicação*, 10 dez. 2007. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20121016140315/http://direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=2175](https://web.archive.org/web/20121016140315/http://direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2175)> Acesso em 16 mar. 2015.

<sup>30</sup> GUEDES, Gabriela. Conferência é realizada sem participação da sociedade civil. *Observatório do Direito à Comunicação*, 05 set. 2007. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20121016121325/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=1311](https://web.archive.org/web/20121016121325/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=1311)>. Acesso em 11 jan. 2015.

<sup>31</sup> CONFERÊNCIA Nacional de Comunicações será construída pela sociedade e governo. *FNDC*, 21 set. 2007. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/noticias/conferencia-nacional-de-comunicacoes-sera-construida-pela-sociedade-e-governo-185089> Acesso em 17 fev. 2015.

<sup>32</sup> COMISSÕES Estaduais trabalham articulação local e nacional. *Intervozes*, 7 mai. 2009. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/comissoes-estaduais-trabalham-articulacao-local-e-nacional>>. Último acesso em: 29 jun. 2015.

<sup>33</sup> ESTADOS caminham para a Conferência Nacional de Comunicação. *FNDC*, 22 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/estados-caminham-para-a-conferencia-nacional-de-comunicacao-277553/>>. Acesso em 01 nov. 2014.

<sup>34</sup> CRESQUI, Candice. Movimentações por Conferência Nacional de Comunicação prosseguem pelo país. *FNDC*, 24 out. 2008. Disponível em: <<http://fndc.org.br/noticias/movimentacoes-por-conferencia-nacional-de-comunicacao-prosseguem-pelo-pais-295140/>>. Acesso em 31 out. 2014.

<sup>35</sup> DIVERSIDADE dá o tom em Belém. *FNDC*, 23 nov. 2009. Disponível em: <<http://fndc.org.br/clipping/diversidade-da-o-tom-em-belem-458205/>>. Acesso em 15 jun. 2015.

Ao decorrer do período, é possível averiguar que o movimento pela democratização da comunicação inicia a mobilização para a conferência nutrindo a expectativa de que ela fosse um amplo painel de apresentação, discussão e deliberação de propostas para a democratização das comunicações. Contudo, as informações preliminares sugerem que o que se considera que seria a Confecom vai se modificando no decorrer de seus preparativos, motivada pelas iniciativas e pressões de segmentos empresariais e das demais divergências políticas presentes em sua preparação e organização, incluindo as negociações, acordos e disputas entre setores do movimento pela democratização, outros agentes sociais e setores do Executivo (parece-nos ter havido alianças e disputas com distintos segmentos do Governo Lula) e do Legislativo.

### **Considerações finais**

Tendo em vista que se trata de pesquisa em andamento, com conclusão prevista para 2017, apresentamos algumas considerações para debate.

Nos arquivos analisados dos sites do FNDC, do Observatório do Direito à Comunicação e do Intervezes, as notícias abordam a democratização da comunicação de forma geral. O tema é bastante amplo, e por isso, se desdobra em variadas frentes de disputas políticas e ideológicas, com diversificadas reivindicações.

Até o momento, foi possível perceber a importância do evento para os setores envolvidos e a sociedade civil em geral, os questionamentos e as dificuldades enfrentadas para sua realização (tais como, mudanças de datas estabelecidas para sua convocação, redução das verbas pré-estabelecidas para o custeio do evento, desistência de participação de grupos empresariais importantes, entre outros acontecimentos). Um dos aspectos que nos chamou a atenção é a ênfase que as entidades pró-conferência colocaram na Confecom como uma instância que poderia estabelecer diretrizes claras para um novo marco regulatório no Brasil.

Entre a agenda de pesquisa proposta por Mendonça (2011), está “a importância de estudos que atentem para as sobreposições e zonas cinzentas entre Estado, Mercado e Sociedade Civil” (p. 32). A partir do alerta do autor, temos como preocupação nos afastar das visões que tratam a sociedade civil e os movimentos sociais como inerente e exclusivamente positivos, democráticos e separados de Estado e mercado.

Até o momento, a proposta é estruturar a descrição e análise do material em torno de três eixos: 1) O movimento pela democratização da Comunicação e o contexto histórico; 2) Dinâmica de preparação, organização e realização da Confecom; 3) Reivindicações e propostas para a democratização da comunicação no Brasil. Contudo, apenas o prosseguimento da pesquisa nos permitirá verificar a adequação e a funcionalidade desta estrutura.

## Referências

CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 161-181, 2003. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2190/1329>> Acesso em: 29 mai. 2015.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, Venício. **Regulação das comunicações: História, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Comunicação e sociedade civil: interfaces e agendas. **Revista Compolítica**, v. 1, n. 1, p. 7-44, mar.-abr. 2011. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/download/4/2>>. Acesso em 29 jul. 2013.

PAIVA, Raquel. Contra-mídia-hegemônica. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008. p. 163-174.

SIMÕES, Cassiano Ferreira; MATTOS, Fernando. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 35-55.

SÔLHA, Hélio Lemos. A Conferência Nacional de Comunicação: da liberdade de expressão à censura midiática. In: SEL, Suzana (coord.). **Políticas de comunicación en el capitalismo contemporáneo**. Buenos Aires: CLACSO, 2010. p. 211-230. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20120416043155/pcomun.pdf>>. Acesso em 26 mai. 2014.

VELOSO, Elizabeth Machado. A concentração da mídia e a liberdade de expressão na Constituição de 1988. In: ARAÚJO, José Cordeiro de; PEREIRA JÚNIOR, José de Sena; PEREIRA, Lúcio Soares; RODRIGUES, Ricardo José Pereira (org.). **Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. vol. 1. p. 103-136. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2915/ensaios\\_impactos\\_volume1.pdf?sequence=3](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2915/ensaios_impactos_volume1.pdf?sequence=3)>. Acesso em 27 fev. 2015.